

# Governo decide sancionar lei do orçamento sem vetos

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor decidiu sancionar sem vetos a lei orçamentária aprovada pelo Congresso. Mas isso não significa que os gastos previstos nas 13 mil emendas aprovadas por deputados e senadores serão executados. O governo resolveu separar das receitas previstas o que for necessário para gerar o superávit nas contas públicas prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Feito isso, serão destinadas as verbas para os programas prioritários, como os Ciacs e a reforma agrária. A receita restante será então distribuída aos ministérios, trimestralmente, para que cada um decida onde aplicar.

— Chegamos à conclusão de que não era possível manter o orçamento e que, ao mesmo tempo, era inviável vetar as emendas — disse o secretário de Planejamento, Pedro Parente.

Manter o orçamento não seria possível porque o Congresso, segundo o Executivo, fez uma previsão de receita da União Cr\$ 5,1 trilhões acima das estimativas do governo. No orçamento das estatais, o acréscimo de receita foi de Cr\$ 3 trilhões. Cercado pelo que considerou uma armadilha do Congresso — que emendou projetos e programas de interesse do governo — o Executivo acabou desistindo dos vetos. Como a Constituição diz que não se pode vetar parcialmente projetos e programas, o governo seria obrigado a sacrificar programas que considera prioritários se quisesse cortar o que considerou excessivo.

O aumento da receita pelo Congresso, sob a justificativa de estar corrigindo erros e omissões do Executivo, foi feito basicamente em cima do Imposto de Importação e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). No primeiro caso, o aumento foi de Cr\$ 1,2 trilhão e no segundo Cr\$ 2,4 trilhões. O Congresso também alterou uma despesa de Cr\$ 868 bilhões, correspondente à rolagem da dívida pública, que, pelas emendas, passaria a ser coberta com a emissão de novos títulos. O governo considera inconstitucional a emissão.

O governo decidiu não recorrer ao contingenciamento, sistema adotado ano passado para equilibrar despesas e receitas.

28 FEV 1992

O GLOBO